



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO          Número    /XII (    .ª)
- PERGUNTA                  Número    /XII (    .ª)

**Assunto: Proliferação de plantas lenhosas invasoras na Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, Mata Nacional das Dunas de São Jacinto, Perímetro Florestal das Dunas de Ovar**

**Destinatário: Ministério do Ambiente**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

O ano de 2017 foi um ano sem paralelo no âmbito do combate aos fogos, pela negativa. Destacou-se quer ao nível de área ardida, quer ao nível dos prejuízos ambientais e patrimoniais e, mais importante ainda, ao nível da perda de vidas humanas. Os incêndios deste ano, com os dois episódios mais catastróficos a ocorrerem fora do Verão e da considerada fase crítica dos incêndios, ultrapassaram de longe, em área ardida, os últimos 10 anos. Este foi um ano sem paralelo, principalmente pela perda de mais de 100 vidas humanas. Os fogos fustigaram com particular intensidade as regiões centro e norte de Portugal. Nem as matas nacionais, geridas pelo Estado, foram poupadas. São exemplo as vastas áreas ardidas de pinhais litorais dos distritos de Leiria e Coimbra.

Também no sul do distrito de Aveiro, na região de Vagos, arderam áreas consideráveis das Matas Nacionais de Vagos e das Dunas da Gafanha e do Perímetro Florestal de Vagos. No distrito de Aveiro houve, contudo, concelhos – como Castelo de Paiva e Vale de Cambra – muito mais afetados pelo fogo, sendo que os pinhais litorais do distrito foram, em grande medida, poupados.

O facto destas áreas de pinhal litoral – como são o caso da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, Mata Nacional das Dunas de São Jacinto, Perímetro Florestal das Dunas de Ovar – não terem ardido, não se deveu a uma melhor gestão destas áreas relativamente às outras, mas provavelmente a motivos de natureza aleatória.

Com efeito, tal como a Mata Nacional de Leiria, entre outros, a área do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar e toda a área florestal de São Jacinto, ambas geridas pelo Estado, encontra-se ao abandono, em avançado estado de degradação. Entre outras ameaças, destacamos o aumento da matéria combustível no sub-bosque, em consequência da proliferação de plantas exóticas invasoras (nomeadamente plantas lenhosas do género *Acacia*). A proliferação destas plantas, além de constituir uma ameaça para espécies de flora e de fauna nativa, competindo por exemplo com a regeneração natural de matos e quercíneas, adensa as matas e aumenta a espessura da camada de manta morta, que permanece no solo sem se degradar por longos períodos de tempo.

Dados os efeitos imprevisíveis das alterações climáticas, nomeadamente à frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, receamos que num futuro próximo as matas litorais do distrito de Aveiro possam ser as próximas a serem consumidas pelo fogo. Porque estas matas – não obstante os diferentes regimes de propriedade – estão sob a responsabilidade direta do Estado, por intermédio do Instituto da



Conservação da Natureza e das Florestas.

Consideramos que existem hoje motivos mais do que evidente para que sejam implementadas, com carácter de urgência, medidas de prevenção de fogos florestais nas matas litorais do distrito de Aveiro que estão sob responsabilidade direta do Estado.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes questões:*

- 1) Qual o estado actual, em termos de modelo de gestão, dos pinhais litorais incluídos nas matas nacionais, perímetros florestais e reservas naturais, sob responsabilidade direta do ICNF, no distrito de Aveiro?
- 2) Quais as principais ameaças a estes ecossistemas, a par com a proliferação de plantas lenhosas invasoras, que colocam risco acrescido de incêndio?
- 3) Que medidas têm vindo a ser tomadas, no âmbito da gestão dos ecossistemas, valorização dos recursos, sensibilização da população e prevenção de fogos, ao longo dos últimos anos, nestas áreas?
- 4) Estão previstas medidas urgentes para estas áreas, no âmbito da prevenção de fogos florestais? Se sim, quais as medidas que estão planeadas?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2017.

O deputado  
Moisés Ferreira